



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N. 12/2016.**

**TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N. 12/2016**  
(evento [0121484](#))

**PROCESSO SEI N. [0003682-76.2015.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2016**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 12/2016, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA TELEFONICA BRASIL S.A., PARA PRESTAÇÃO MENSAL E CONTINUADA DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) E COMUNICAÇÃO MÓVEL DE DADOS, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS, EM REGIME DE COMODATO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador do documento de Identidade nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, com sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, bairro Cidade Monções, CEP: 04.571-936, em São Paulo/SP, Telefone(s): (51) 99821-5571, (51) 99763-2681 e (69) 99914-5542, E-mail(s): andressa.mertins@telefonica.com e claiton.carvalho@telefonica.com, neste ato representada pela senhora **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, formada em Mercadologia, portadora do documento de Identidade RG 3079109264-SSP/RS e CPF 822.144.090-68, e pelo senhor **CLAITON MERG CARVALHO**, brasileiro, casado, formado em Administração, portador do documento de Identidade RG 5016055898-SSP/RS e CPF 404.943.900-00, ora denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na Decisão n. 179/2021/PRES/ASSPRES, de 12/08/2021 (evento [0725217](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto PRORROGAR EXCEPCIONALMENTE o prazo de vigência do Contrato n. 12/2016 (evento [0121484](#)) por mais 3 (três) meses, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021 (sem impacto no orçamento para despesa com telefonia móvel), tendo em vista o prazo previsto pela unidade gestora para término dos procedimentos relativos à próxima contratação deste objeto, conforme exposto no evento [0717539](#) do Processo Administrativo respectivo.

**Subcláusula Primeira** – Fica ressalvada a possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final da prorrogação registrada neste Termo Aditivo.

**Subcláusula Segunda-** O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento legal no art. 57, II, e seu § 4º, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Terceira da Contratação originária.

**DA RATIFICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na Contratação originária que não foram não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 13 de agosto de 2021.

Desembargador <b>MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</b> Pelo Contratante	
<b>ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA</b> Pela Contratada	<b>CLAITON MERG CARVALHO</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N. 12/2016/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 12/2016 (assinado em 02/09/2016) – Volume VII do PA (evento n. <a href="#">0121484</a> )  Vigência de 30 meses, a contar de 02/09/2016 até 02/03/2019.  Valor: R\$ 477.546,00	<u>R\$ 477.546,00</u>	-
1º Termo Aditivo (assinado em 28/02/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0394201</a> )  Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 03/03/2019 até 02/09/2021 e registro dos novos valores em face do desconto de 8,24% (R\$ 39.342,00) ofertado pela empresa.  Valor: R\$ 438.204,00 *(este valor foi alterado para R\$ 473.998,41, por meio do item 4 do 2º Termo Aditivo)	*R\$ 438.204,00	-
2º Termo Aditivo (assinado em 03/06/2019) – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0417022</a> )	<u>R\$ 39.013,98</u>	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registro dos 1º e 2º Reajustes ao Contrato, respectivamente em 2,5% e 5,53%, bem como alteração de cláusulas sobre reajuste e sobre gestor contratual, e ajustes de descontos registrados no 1º Termo Aditivo.  Valor: R\$ 39.013,98		
3º Termo Aditivo (assinado em 01/10/2020) – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0585295</a> )  Registro do 3º Reajuste ao Contrato de 4,42% (R\$ 20.941,96) e Acréscimo contratual de 22,85% ((R\$ 113.115,96)).  Valor: R\$ 134.057,92	R\$ 134.057,92	22,85%
4º Termo Aditivo (assinado em __/08/2021) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0725879</a> )  Prorrogação Excepcional por mais 3 meses, a contar de 03/09/2021 até 02/12//2021, sem impacto no orçamento respectivo.	00,00	-

Obs.: Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 13/08/2021, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 17/08/2021, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/08/2021, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CLAITON MERG CARVALHO, Usuário Externo**, em 18/08/2021, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/08/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/08/2021, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0725879** e o código CRC **0274B5E3**.

0003682-76.2015.6.22.8000

PROCESSO: 0003682-76.2015.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DO PRAZO DE VIGÊNCIA – empresa contratada OI S.A. - Prestação de Serviços de Telecomunicação Móvel Pessoal (SMP) – Contrato n. 12/2016 - Análise jurídica.

**PARECER JURÍDICO Nº 105 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC deste Tribunal, por meio do Documento de Oficialização da Demanda ([0328809](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de telecomunicação Móvel Pessoal (SMP), na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 4G e 3G, considerando a disponibilidade, com fornecimento de aparelhos celulares novos, tipo *smartphones*, em regime de comodato, para atender todas as unidades da Justiça Eleitoral.

**02.** O ajuste formalizado pelo Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)) se encontra em pleno vigor. O prazo final, inicialmente era de 30 (trinta) meses, contados de 02/09/2016, teve sua vigência prorrogada por uma vez. O Termo Aditivo n. 01 ao Contrato 12/2016 ([0394201](#)) registrou a prorrogação por mais 30 (trinta) meses, com data inicial em 03/03/2019 e data final em 02/09/2021.

**03.** Pela Solicitação n. 16/2021, a Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVITC, comunica à Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC que o referido Contrato n. 12/2016, conforme prorrogação anotada no termo aditivo 01 ([0394201](#)), completará 60 (sessenta) meses de vigência, com término previsto para o dia 02/09/2021, sendo que, o procedimento inaugurado para a nova contratação (em tramitação no Processo SEI n. [0002131-85.2020.6.22.8000](#)) irá ultrapassar a referida data, em razão de “situações *sui generis* como a complexidade do certame licitatório, em face da concorrência de grandes empresas de telefonia, a gestão do contrato, como forma de se prevenir, da possibilidade de descontinuidade do serviço de telefonia móvel, principalmente nesse momento de pandemia, vê a necessidade de apresentar a proposição da prorrogação excepcional por mais 03 (três) meses do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)), com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

**04.** Ressalta a unidade SEGOVTIC que o acréscimo de três meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia móvel, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o mercado e vantajoso para a Administração, **conforme pode se verificar na própria Pesquisa de Preços do atual certame em curso** ([0708328](#)).

**05.** Pondera ainda a unidade que A medida adotada pela Gestão do Contrato é preventiva, uma vez que, imprevistos possam acontecer no certame em curso e ocasionar prejuízos à Administração





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pública, pela descontinuidade do serviço de telefonia móvel, além do fato, de garantir uma melhor transição contratual, em caso de haver uma nova prestadora de serviços, diferente da atual contratada.

**06.** Consultada quanto ao interesse na prorrogação excepcional por mais três meses, a representante da empresa contratada TELEFÔNICA BRASIL S/A – Sra. Franciele Caldim, Gerente de Negócios – Especialista Governo, respondeu concordando com a renovação, acrescentando que o termo aditivo será encaminhado para análise do jurídico da empresa e que a prorrogação do ajuste não acarretará na troca dos aparelhos ([0717537](#)).

**07.** Pelo Despacho nº 1230/2021 ([0718779](#)), o secretário da Secretaria de Administração, Orçamentos, Finanças e Contabilidade (SAOFC), considerando a existência de orçamento para arcar com a despesa da renovação por mais três meses, constatada a compatibilidade e vantajosidade dos preços praticados no mercado, encaminha os autos à Seção de Contratos - SECONT para elaboração da minuta do Termo Aditivo e, após, a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG para análise e emissão de parecer jurídico quanto à prorrogação pleiteada e à minuta juntada.

**08.** Para finalizar a instrução dos autos, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo 4 ao Contrato 12/2016 ([0720105](#)) e fez a remessa dos autos a AJDG para parecer jurídico (Remessa 143 – [0720110](#)).

**09.** É o necessário relato, passo à análise.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL**

**10.** Em regra, a duração dos contratos dessa natureza (serviços continuados) não pode superar o limite de 60 (sessenta) meses, por imposição da Lei nº 8.666/1993. Todavia, a mesma Lei possibilita a sua prorrogação, limitando a 12 (doze) meses, em caráter excepcional. Vejamos os dispositivos que tratam da matéria:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

§ 4º - Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

**11.** O inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93 prescreve que a prestação de serviços contínuos poderá ser **prorrogada**, sendo certo que tal prorrogação está **limitada** a 60 (sessenta) meses).

**12.** Do exame dos presentes autos, verifica - se que a contratação em epígrafe irá completar **60 (sessenta) meses em 02/06/2021**.

**13.** Não obstante isso, o parágrafo § 4º desse mesmo dispositivo assevera que ***em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do art. caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 meses.***

**14.** Os requisitos da prorrogações ordinárias são: a) Contrato em vigor; b) Previsão no instrumento contratual; c) Serviços executados de forma contínua; d) Demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para Administração; e) Prorrogação por períodos iguais sucessivos; f) Limitação 60 (sessenta) meses; g) Existência de interesse da Administração da empresa contratada; h) Comprovação de que contratado mantém as condições iniciais de habilitação; i) Disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; j) Justificação motivação, por escrito, em processo administrativo e, k) Autorização prévia da autoridade competente para prorrogação.

**15.** Além destes pressupostos, da leitura do comando normativo acima em destaque no tópico 13 deste opinativo, percebe-se o acréscimo de três requisitos para que o prazo de 60 (sessenta) meses possa ser ultrapassado em até 12 (doze) meses, quais sejam: **excepcionalidade, devidamente justificada e autorização da autoridade superior.**

**16.** A AGU, no item 12 e seguintes do Parecer nº 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, entende que, a rigor, não são necessárias para prorrogação excepcional as seguintes exigências da prorrogação ordinária: **a) previsão no instrumento contratual; b) prorrogação por períodos iguais; c) limitação de 60 (sessenta) meses de vigência.**

**17.** Pois bem, dos requisitos elencados no item 14 deste parecer, estão **presentes** nesta análise: contrato em vigor (0121484 e 0394201), previsão de prorrogação ordinária; serviços executados de forma contínua; disponibilidade orçamentária para fazer



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

frente às despesas decorrentes da prorrogação; justificção/motivação, por escrito, em processo administrativo; existência de interesse da empresa contratada na prorrogação do ajuste ([0717537](#)); e, também, presente nos autos demonstração de que os preços contratados permanecem, minimamente, compatíveis com o mercado e vantajosos para Administração ([0708328](#) e [0717539](#)), uma vez que a previsão de reajuste aos valores das tarifas será realizado em momento oportuno, observando o Índice de Serviços de Telecomunicação – IST, corresponde no máximo aos três meses da prorrogação pretendida.

**18. Portanto, ausente nos autos a demonstração da comprovação de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação, bem como a autorização prévia da autoridade superior para a prorrogação excepcional, que, no caso em comento, é do Presidente deste Tribunal.**

**19.** A unidade gestora da contratação Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR) assegura, em seu arrazoado, ser **imprescindível para a continuidade dos serviços neste Tribunal**, a garantia da continuidade dos serviços de telecomunicações do Serviço Móvel, principalmente nesse momento de pandemia, vê a necessidade de apresentar a proposição da renovação excepcional do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)).

**20.** No caso em análise, a Administração inquinou os motivos que conduziram à necessidade do pedido de prorrogação excepcional e informou a ocorrência de eventos considerados, a seu critério, relevantes.

**21.** Quanto aos aspectos técnicos, vale acentuar que é de responsabilidade da Administração a veracidade dos motivos alegados, bem como a decisão acerca da necessidade de aumentar a vigência do Contrato.

**22.** Ainda quanto às justificativas técnicas apresentadas, relembre-se que não está na seara desta Assessoria Jurídica avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de prorrogar o ajuste, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

**23.** Cumpre, porém, alertar que a “teoria dos motivos determinantes” preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24.** Sem adentrar no mérito das causas que emanaram o pedido em questão, pelas razões já expostas nos itens anteriores, e sem delongas pela iminência da vigência contratual, convém trazer, pertinentemente, à baila, questão semelhante abordada no **Parecer nº 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, in verbis:**

[...]

29. No caso da prorrogação excepcional (art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666), o raciocínio deve ser o mesmo. Aliás, é de se destacar que, aos olhos do ordenamento jurídico vigente, a dispensa de licitação é mais indesejada do que prorrogação de um contrato, ainda que em caráter excepcional. Note-se que a dispensa indevida de licitação é tipificada na legislação como crime (art. 89, da Lei nº 8.666/1993) com pena mais grave do que a prorrogação indevida (art. 92, da Lei nº 8.666/1993). **Nesse diapasão, é de se concluir que, se a ausência ou deficiência de planejamento não impede a possibilidade de contratação direta por emergência (art. 24, IV, da Lei nº 8.666) também não pode barrar a prorrogação excepcional de um contrato administrativo.**

30. A extensão temporal da vida de um contrato administrativo, ao contrário da dispensa, faz com que avença continue vinculada ao certame no qual se prestigiou todos os princípios da Administração Pública, bem como se buscou proposta mais vantajosa para o Poder Público. Já contratação direta por dispensa de licitação não precedida de uma ampla competição (como num certame público), dificultando-se assim obtenção da melhor proposta. **Por isso, seria incoerência do sistema considerar que falta de planejamento autoriza uma contratação direta, mas impede uma prorrogação excepcional.**

31. Daí porque afirmamos a necessidade de se distinguir problema da postura do gestor incauto do problema da necessidade da continuidade do serviço essencial para bom funcionamento do órgão ou entidade. O primeiro se resolve no campo da responsabilização disciplinar, já segundo se resolve pela legislação de contratos administrativos.

32. A verdade é que a excepcionalidade geradora da prorrogação não deve ser averiguada de acordo com a causa da ausência de um novo ajuste no tempo ordinariamente admitido pela Lei. **É a consequência que a falta do serviço acarretará ao funcionamento da unidade da Administração Pública que deve justificar prorrogação excepcional. Entendemos, então, que a finalidade do instituto da prorrogação excepcional é evitar a ausência de um serviço essencial para Administração Pública, razão pela qual a excepcionalidade deve ser aferida com os olhos voltados para as consequências da falta do serviço, não com base na causa da ausência de um novo contrato.**

33. Assim, incúria do gestor que deu causa prorrogação excepcional deve ser resolvida no âmbito disciplinar, servindo as normas relativas aos contratos administrativos para atender funcionamento da Administração. Nesse sentido, citamos voto do Ministro Benjamin Zymier no Processo nº TC 022.804/2010-2, em que foi asseverado seguinte:

A prorrogação excepcional do mencionado contrato, realizada com fundamento no § 4º do art. 57 da Lei nº [sic] 8.666/1993, ao contrário do que entende Sefit, não foi indevida. Era necessária para assegurar continuidade do serviço público. Deve-se, todavia, averiguar responsabilidade daqueles que deram causa ao atraso que culminou na necessidade de prorrogação.

**34. Registramos que prorrogação excepcional não pode ser aplicada indiscriminadamente. Conforme já afirmado em linhas anteriores, ela só deve ocorrer nas situações em que ausência do serviço acarretar prejuízos ao bom**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**funcionamento do órgão ou da entidade contratante. Caso a falta do serviço durante tempo necessário para assinatura de um novo ajuste não acarrete prejuízos consideráveis para Administração, não vemos motivos para prorrogação extraordinária.** A título de exemplo, podemos citar caso de serviços como vigilância limpeza, cuja prestação quase sempre imprescindível para contratante cumprir sua missão.

35. Nessa linha, importante salientar que prorrogação nesses casos ocorrerá em caráter excepcional, que significa dizer que seu tempo de duração deve ser mínimo necessário para Administração providenciar uma nova contratação. Por isso, termo aditivo deve consignar prorrogação pelo tempo estimado para realizar nova contratação ainda ressaltar possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso de novo contrato ser assinado antes do período previsto. [...]

25. Pelo exposto, e de acordo com a instrução dos autos, a ausência do serviço poderá acarretar prejuízos consideráveis ao bom funcionamento do órgão, dessa feita a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo de serviço continuado de nº 12/2016, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, é admissível.

26. Deste modo, esta Assessoria Jurídica entende possível a prorrogação excepcional, desde que atendida a condicionante exposta no item 18 deste opinativo.

### **2.2 DA GARANTIA CONTRATUAL**

27. O Contrato n. 12/2016 ([0121484](#)) não consignou a obrigação da Contratada em oferecer garantia contratual. O artigo 56, da Lei nº 8.666/93 prevê que “a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras”, ou seja, a lei confere ao administrador discricionariedade na exigência de garantia.

28. O já transcrito artigo 56, da Lei nº 8.666/93 considera possível a dispensa da complementação da garantia, na medida em que a autorização legislativa para tanto torna o direito disponível. Contudo, essa dispensa de complementação da garantia, **a exemplo na sua dispensa ainda no edital do certame, reclama a apresentação de justificativa/motivação, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente público em caso de prejuízo ao erário.**

29. Nesse compasso, o item 10 do Edital de Pregão n. 008/2016 (0098676) anota as justificativas da dispensa da garantia, além de outras situações previstas no Acórdão TCU n. 567/2015.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.3 DA MINUTA DO QUARTO TERMO ADITIVO**

**30.** Em análise a minuta do quarto termo aditivo ao Contrato n. 12/2016, juntada no evento 0720105, a assessoria jurídica recomenda a inclusão de uma Subcláusula na Cláusula Primeira, ressaltando a hipótese do novo contrato ser assinado antes do prazo final de três meses da prorrogação pleiteada, e para tanto sugere os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto PRORROGAR EXCEPCIONALMENTE o prazo de vigência do Contrato n. 12/2016 (evento [0121484](#)) por mais 3 (três) meses, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021 (sem impacto no orçamento para despesa com telefonia móvel), tendo em vista o prazo previsto pela unidade gestora para término dos procedimentos relativos à próxima contratação deste objeto, conforme exposto no evento [0717539](#) do Processo Administrativo respectivo.

**Subcláusula primeira** – Fica ressaltada a possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final da prorrogação registrada neste aditivo.

**Subcláusula segunda** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**31.** Com isso, o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**32.** Ante o exposto, em **homenagem ao princípio da continuidade do serviço público**, poderá a Administração autorizar a prorrogação excepcional, tendo sua matriz legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, na medida em que estarão presentes os requisitos exigidos para tanto e expostos neste opinativo.

**33.** A **comprovação da regularidade fiscal da empresa e a autorização da autoridade superior** são condições *sine qua non* para



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

levar a efeito a prorrogação excepcional pretendida, portanto as certidões necessárias devem ser juntadas aos autos previamente à assinatura do termo aditivo que registrará a prorrogação da avença e o procedimento deverá ser submetido à autoridade máxima do órgão para a validação do ato da dilação extraordinária do ajuste.

**34.** Noutro giro, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, esta Assessoria Jurídica manifesta a **aprovação** dos termos da minuta do quarto termo aditivo juntada aos autos no evento [0720105](#), **observada a solicitação anotada no item 30 desse opinativo.**

**35.** Não obstante já constar nos autos o tempo necessário avaliado pela unidade gestora para a extensão contratual, reforça esta Assessoria Jurídica que o tempo da prorrogação excepcional deverá ser estimado pela Administração como essencial para providenciar um novo contrato, limitado aos 12 (doze) meses previstos no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**36.** Por fim, cumpre sublinhar que esta Assessoria, **por sua natureza**, analisou tão só as questões jurídicas a ela submetidas, deixando de fazer qualquer consideração acerca de valores e cálculos sugeridos pela unidade gestora.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/07/2021, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0720338** e o código CRC **97E998F7**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC deste Tribunal, mediante Documento de Oficialização da Demanda ([0328809](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de telecomunicação Móvel Pessoal (SMP), na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 4G e 3G, considerando a disponibilidade, com fornecimento de aparelhos celulares novos, tipo *smartphones*, em regime de comodato, para atender todas as unidades da Justiça Eleitoral.

O ajuste foi formalizado pelo Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)), que encontra-se em pleno vigor. O prazo final, que inicialmente era de 30 (trinta) meses, contados de 02/09/2016, teve sua vigência prorrogada por uma vez, conforme Termo Aditivo n. 01 ao Contrato 12/2016 ([0394201](#)), registrando a prorrogação por mais 30 (trinta) meses, com data inicial em 03/03/2019 e data final em 02/09/2021.

A Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVITC, unidade gestora, por meio da Solicitação n. 16/2021-PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0717539](#)), comunica à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC que o Contrato n. 12/2016, conforme prorrogação anotada no Termo Aditivo n. 01 ([0394201](#)), completará 60 (sessenta) meses de vigência, com término previsto para o dia 02/09/2021. Assim sendo, o procedimento inaugurado para a nova contratação (em tramitação no Processo SEI n. [0002131-85.2020.6.22.8000](#)) irá ultrapassar a referida data, em razão de “situações *sui generis*” como a complexidade do certame licitatório, em face da concorrência de grandes empresas de telefonia. Portanto, a gestão do contrato, como forma de se prevenir acerca da possibilidade de descontinuidade do serviço de telefonia móvel, principalmente nesse momento de pandemia, vê a necessidade de apresentar a proposição da prorrogação excepcional por mais 03 (três) meses do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)), com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

A referida unidade ressalta, ainda, que o acréscimo de três meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia móvel, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mercado e vantajoso para a Administração, **conforme pode se verificar na própria Pesquisa de Preços do atual certame em curso** ([0708328](#)).

Consultada quanto ao interesse na prorrogação excepcional por mais três meses, a representante da empresa contratada TELEFÔNICA BRASIL S/A – Sra. Franciele Caldim, Gerente de Negócios – Especialista Governo, concordou com a prorrogação, acrescentando que o termo aditivo será encaminhado para análise do jurídico da empresa e que a prorrogação do ajuste não acarretará na troca dos aparelhos ([0717537](#)).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, com vistas à elaboração de minuta de termo aditivo; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0718779](#)).

Em cumprimento ao Despacho 1230/2021 ([0718779](#)), a SECONT juntou aos autos a minuta de Termo Aditivo n. 4 ao Contrato n. 12/2016 (evento [0720105](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0720110](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico n. 105/2021 ([0720338](#)), no qual opina pela possibilidade da prorrogação excepcional, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, tendo sua matriz legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, condicionada à demonstração de regularidade fiscal da contratada. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0720105](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, ressaltando a necessidade de inclusão de uma Subcláusula na Cláusula Primeira, ressaltando a hipótese de extinção antecipada do ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final de três meses da prorrogação pleiteada, conforme redação sugerida no item 30 do parecer jurídico.

A SAOFC manifestou favorável à prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 12/2016 ([0121484](#)) por mais 3 (três) meses, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021, com fundamento no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo, bem como pela aprovação da minuta de Termo Aditivo nº 04 ao contrato nº 12/2016 ([0720105](#)), após realizadas as adequações recomendadas no item 2.3 do Parecer jurídico nº 105/2021 - PRES/DG/AJDG ([0720338](#)) - Manifestação n. 277/2021 ([0720740](#)).

Vieram os autos para manifestação desta Diretora-Geral.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, consoante dispõe o inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, o primeiro



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral.

Do exame dos presentes autos, verifica-se que a contratação em epígrafe completará **60 (sessenta) meses em 02/09/2021**.

Não obstante, o parágrafo § 4º desse mesmo dispositivo assevera que ***em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do art. caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 meses.***

Para tanto, os requisitos da prorrogações ordinárias são: a) contrato em vigor; b) previsão no instrumento contratual; c) serviços executados de forma contínua; d) demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para Administração; e) prorrogação por períodos iguais sucessivos; f) limitação 60 (sessenta) meses; g) existência de interesse da Administração da empresa contratada; h) comprovação de que contratado mantém as condições iniciais de habilitação; i) disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; j) justificação motivação, por escrito, em processo administrativo; e k) autorização prévia da autoridade competente para prorrogação.

Consoante informações carreadas a estes autos, verifica-se que requisitos elencados acima **estão presentes** nesta análise, a saber: contrato em vigor ([0121484](#) e [0394201](#)), previsão de prorrogação ordinária; serviços executados de forma contínua; disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; justificação/motivação, por escrito, em processo administrativo; existência de interesse da empresa contratada na prorrogação do ajuste ([0717537](#)). Está, também, presente nos autos demonstração de que os preços contratados permanecem, minimamente, compatíveis com o mercado e vantajosos para Administração ([0708328](#) e [0717539](#)), uma vez que a previsão de reajuste aos valores das tarifas será realizado em momento oportuno, observando o Índice de Serviços de Telecomunicação – IST, corresponde no máximo aos três meses da prorrogação pretendida.

Todavia, não constam a demonstração da comprovação de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação, bem como a autorização prévia da autoridade superior para a prorrogação excepcional que, no caso em comento, é do Presidente deste Tribunal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Apesar disso, a unidade gestora da contratação, Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR), assegura, em seu arrazoadado ([0717539](#)), ser **imprescindível para a continuidade dos serviços neste Tribunal**, a garantia da continuidade dos serviços de telecomunicações do Serviço Móvel, principalmente nesse momento de pandemia. Vê-se, portanto, a necessidade de apresentar a proposição da renovação excepcional do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)).

No presente caso, a Administração inquinou os motivos que conduziram à necessidade do pedido de prorrogação excepcional e informou a ocorrência de eventos considerados, a seu critério, relevantes. Contudo, de acordo com a instrução dos autos, a ausência do serviço poderá acarretar prejuízos consideráveis ao bom funcionamento do órgão. Em razão disso, a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 12/2016, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, é admissível.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos, ressaltando a necessidade de inclusão de uma Subcláusula na Cláusula Primeira, ressaltando a hipótese de extinção do ajuste caso o novo contrato for assinado antes do prazo final de três meses da prorrogação pleiteada, conforme redação sugerida no item 30 do parecer jurídico.

Assim, considerando que a prorrogação do prazo não acarretará ônus para o Tribunal, bem como demonstrada a necessidade da prorrogação do prazo de vigência, esta Diretora-Geral manifesta-se:

- a) pela AUTORIZAÇÃO, excepcional, da prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)) por mais 3 (três) meses**, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021, com fundamento no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo;
- b) pela verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93; e
- c) pela correção da minuta de Termo Aditivo (evento [0720105](#))**, a fim de que sejam **realizadas as adequações recomendadas** no item 30 do Parecer jurídico nº 105/2021 - PRES/DG/AJDG ([0720338](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Com tais considerações, submeto à apreciação de Vossa Excelência.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/08/2021, às 19:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0722477** e o código CRC **F27E3A41**.

0003682-76.2015.6.22.8000

PROCESSO: 0003682-76.2015.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Prorrogação de vigência – Contrato n. 12/2016.

**DECISÃO Nº 179 / 2021 - PRES/GABPRES**

Versam os autos sobre a contratação de empresa para a prestação de serviços de telecomunicação Móvel Pessoal (SMP), na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 4G e 3G, considerando a disponibilidade, com fornecimento de aparelhos celulares novos, tipo *smartphones*, em regime de comodato, para atender todas as unidades da Justiça Eleitoral.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após regular procedimento licitatório, foi firmado o **Contrato n. 12/2016** com a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A**, com **vigência de 30 (trinta) meses, a contar** da assinatura, que se deu em **02/09/2016** (evento [0121484](#)), **prorrogado apenas uma vez, por igual período, com data inicial 03/03/2019 e data final em 02/09/2021**, consoante Termo Aditivo n. 01 (evento [0394201](#)).

Conquanto instaurado procedimento para a nova contratação (em trâmite no Processo SEI n. [0002131-85.2020.6.22.8000](#)), há a expectativa de que o seu deslinde ultrapasse o prazo de vigência Contrato n. 12/2016 em razão de “situações *sui generis*” como a complexidade do certame licitatório, em face da concorrência de grandes empresas de telefonia. Por essa razão, a Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVITC, unidade gestora do contrato, propôs a prorrogação excepcional por mais 03 (três) meses do Contrato nº 12/2016 (evento [0121484](#)), com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Consultada, a empresa contratada assentiu à prorrogação excepcional por mais três meses e informou que a minuta do termo aditivo será submetida a análise da sua equipe jurídica e que este novo ajuste não acarretará na troca dos aparelhos (evento [0717537](#)).

Após análise da solicitação, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) emitiu o **Parecer Jurídico n. 105/2021** (evento [0720338](#)), no qual opinou pela possibilidade da prorrogação excepcional, condicionada à demonstração de regularidade fiscal da contratada, com amparo no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0720105](#)), sugerindo, a título de cautela, a inclusão de uma Subcláusula na Cláusula Primeira, ressaltando a hipótese de extinção antecipada do ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final de três meses da prorrogação pleiteada.

Tanto a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) quanto a Diretoria-Geral (DG) posicionaram-se favoráveis à prorrogação excepcional solicitada, manifestando-se a DG:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) pela **AUTORIZAÇÃO**, excepcional, da **prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 12/2016** (evento [0121484](#)) por mais **3 (três) meses**, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021, com fundamento no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo;
- b) pela **verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93; e
- c) pela **correção da minuta de Termo Aditivo** (evento [0720105](#)), a fim de que sejam **realizadas as adequações recomendadas** no item 30 do Parecer jurídico nº 105/2021 - PRES/DG/AJDG (evento [0720338](#)).

É o relatório. Decido.

Cuida-se, nesta oportunidade, da **prorrogação excepcional, pelo prazo de 3 (três) meses, do Contrato nº 12/2016** (evento [0121484](#)), com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Verifica-se nos autos que a contratada foi consultada e manifestou expressamente sua concordância à prorrogação (evento [0717537](#)).

Para uma melhor contextualização do histórico desta contratação, registra-se que o **prazo de vigência inicial do Contrato nº 12/2016 foi de 30 (trinta) meses, a contar de sua assinatura, efetivada em 02/09/2016, tendo sido prorrogado uma única vez por igual período, tendo como prazo inicial 03/03/2019 e prazo final 02/09/2021, conforme Termo Aditivo n. 01, encartado no evento [0394201](#).**

É importante consignar que a **solicitação da prorrogação excepcional foi justificada pela Unidade Gestora do contrato**, segundo a qual **o procedimento licitatório instaurado para a nova contratação, tendo em vista a complexidade do certame licitatório, em face da**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concorrência de grandes empresas de telefonia, **poderá estender-se por até 3 (três) meses além do término do prazo do pacto contratual vigente.**

A referida unidade ressalta, ainda, que **o acréscimo de três meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia móvel**, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o mercado e vantajoso para a Administração, conforme pode se verificar na própria Pesquisa de Preços do atual certame em curso, constante do evento [0708328](#).

Pois bem, como pontuado no parecer jurídico da AJDG e na manifestação da DG (eventos [0720338](#) e [0722477](#)), nos termos do parágrafo § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ***em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do art. caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 meses.***

Esquadrinhando sua análise no caso em tela a AJDG apresenta os **requisitos das prorrogações ordinárias**, que são: **a)** contrato em vigor; **b)** previsão no instrumento contratual; **c)** serviços executados de forma contínua; **d)** demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para Administração; **e)** prorrogação por períodos iguais sucessivos; **f)** limitação 60 (sessenta) meses; **g)** existência de interesse da Administração da empresa contratada; **h)** comprovação de que contratado mantém as condições iniciais de habilitação; **i)** disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; **j)** justificação motivação, por escrito, em processo administrativo; e **k)** autorização prévia da autoridade competente para prorrogação.

Aprofundando o exame da matéria, acrescenta a AJDJ que além dos pressupostos suprarreportados, da leitura do comando normativo acima em destaque, percebe-se que **para a prorrogação excepcional são ainda exigidos** outros requisitos para que o prazo de 60 (sessenta) meses possa ser ultrapassado em até 12 (doze) meses, quais sejam: **excepcionalidade, devidamente justificada e autorização da autoridade superior.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acerca das exigências para a prorrogação excepcional, traz também a AJDG o entendimento da AGU, expresso no item 12 e seguintes do **Parecer nº 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**, segundo o qual, a rigor, **não são necessárias para prorrogação excepcional** as seguintes exigências da prorrogação ordinária: **a) previsão no instrumento contratual; b) prorrogação por períodos iguais; c) limitação de 60 (sessenta) meses de vigência.** Como se vê, tais exigências mostram-se mesmo incompatíveis com a prorrogação excepcional legamente autorizada.

Concluindo, no tocante a esse ponto essencial para definir a possibilidade desta prorrogação, consoante informações carreadas a estes autos, verifica-se que **quase todos os requisitos** elencados para esta prorrogação **estão presentes, faltando apenas a comprovação de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e a autorização desta Presidência.**

Entre os **requisitos atendidos**, reportados pela AJDG, merece **especial destaque** a demonstração de que os preços contratados permanecem, minimamente, compatíveis com o mercado e vantajosos para Administração (0708328 e 0717539), uma vez que a previsão de reajuste aos valores das tarifas será realizado em momento oportuno, observando o Índice de Serviços de Telecomunicação – IST, corresponde no máximo aos três meses da prorrogação pretendida.

Releva ainda consignar que a unidade gestora da contratação, Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR), assegura ser a **prorrogação excepcional medida essencial** para evitar a descontinuidade do serviço de telefonia móvel, tão importante **para a regular prestação dos serviços, principalmente neste momento de pandemia** (evento [0717539](#)).

Assim, diante das informações coligidas aos autos, e em especial as constantes do Parecer Jurídico da AJDG (evento [0720338](#)) e nas Manifestações SAOFC (evento [0720740](#)) e da DG (evento [0722477](#)), que passam a integrar esta decisão:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a) AUTORIZO a prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato nº 12/2016 (evento 0121484) por mais 3 (três) meses, contados a partir de 03/09/2021 até 02/12/2021, com fundamento no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo;**

**b) DETERMINO a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93; e**

**c) DETERMINO adequações na minuta de Termo Aditivo (evento [0720105](#)), conforme recomendado no item 30 do Parecer jurídico nº 105/2021 - PRES/DG/AJDG (evento [0720338](#)).**

À DG e à SAOFC para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 12 de agosto de 2021.

**Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 12/08/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0725217** e o código CRC **EF0FB3D9**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003682-76.2015.6.22.8000